



### Intervenção de Luis Santos (Presidente)

Boa tarde,

Em primeiro lugar permitam que saúde todos os trabalhadores da Central do Pego aqui presentes, certos de que o seu ânimo estará afectado, embora estejamos convictos que serão até ao último dia companheiros nesta viagem para defendermos, por todas as formas ao nosso alcance, os postos de trabalho, a melhoria das condições de vida, o reforço da economia e o desenvolvimento do Concelho, Região e País.

Uma saudação também a todos os presentes, desde o cidadão comum, até aos representantes das variadas áreas do governo, Autarcas e autarquias, associações, institutos, partidos políticos e outras entidades.

Um obrigado ao Sr. Presidente da Câmara de Abrantes pela sua presença, na discussões que partilhámos a defesa dos postos de trabalho, e ainda nas facilidades para concretizar esta iniciativa.

Por último, um abraço fraternal a todos os Dirigentes do SIESI aqui presentes e de outras organizações sindicais numa manifestação de solidariedade. Referência também para a presença do Rogério Silva, coordenador da nossa Federação (FIEQUIMETAL) e membro da Comissão Executiva da CGTP – Intersindical Nacional, e que no início do seu percurso sindical esteve presente por diversas vezes nos processos reivindicativos na Central, em particular na área do carvão. Neste caso, como é hábito dizer-se: o bom filho à casa torna.

Embora só se desenvolva hoje esta iniciativa, e iniciamos aqui a nossa prestação de contas, ela é já conclusão de uma parte significativa do

processo que nos permite afirmar que valeu a pena, aliás vale sempre, por se ter conseguido influenciado decisões e revertido pretensões, evitando que a situação “morresse” sem nunca ter conhecido a luz do dia e a justa posição dos trabalhadores, como alguns gostariam.

Procurando não ser longos, importa fazer um curto enquadramento. Quando Sines é alvo de decisão da EDP, com autorização do Governo, para encerrar a 1 de Janeiro de 2021 a sua produção de electricidade através da queima de carvão, foi criado um grupo com os Sindicatos, Autarquias e Ministérios, particularmente do Sr. Secretário de Estado da Energia e do seu homólogo do Emprego e Formação Profissional, o SIESI solicitou a Central do Pego fosse, desde logo, integrada para que com o tempo e experiência adquirida existissem condições para que as soluções fossem exequíveis, salvaguardando os postos de trabalho, directos e indirectos, e os interesses das regiões e suas populações.

Estava-se já numa fase de o Governo ter assumido compromissos no âmbito da descarbonização e com a denominada e difusa transição justa em pano de fundo, caindo os compromissos da força que integrava o executivo, o Partido Socialista, apresentado no seu programa datas muito posteriores para tal suceder, sendo admitido no limite 2030.

A nossa preocupação decorria de já se terem iniciado os contactos com o Ministério responsável em 2019 e a situação, considerando que em 30 de Novembro de 2021 a licença do Pego terminaria, não conhecia desenvolvimentos concretos em nenhum aspecto e já tinha decorrido um ano. Com o encerramento daquela instalação a dar a indicação de apenas perspectivas e projectos, o Pego passa a ser uma preocupação acrescida, tendo em conta que se Sines oferecia poucas soluções, em iguais circunstâncias o Pego teria ainda maiores dificuldades, tanto mais que a

EDP tinha contratação colectiva que facilitaria algumas situações, a PEGOP não.

No caso dos prestadores de serviços a situação seria semelhante, pois apenas o Código do Trabalho fornecia poucas e más medidas que defendessem os trabalhadores.

O Pego perde tempo atrás de tempo, com pressões constantes da nossa parte, e lamentavelmente só em meados de 2021, embora se conhecessem muito antes as mais que prováveis consequências de um desenvolvimento que ignorasse a realidade, é que nos é dito que iria ser lançado um concurso para atribuição do ponto de injeção na rede. Esta solução tardia agrava as nossas preocupações e embora participando em algumas reuniões de recolha de contributos para aquele, o facto é que o tempo era já entendido como comprometedor.

Com o dia 17 de Outubro como data final de apresentação de candidaturas e 30 de Novembro, data de anúncio do resultado do concurso, a situação era já muito complexa a alteração pouco tempo depois pelo governo da data de candidatura para 90 dias depois, 18 de Janeiro de 2022, tudo se mostrou como sendo resultado de uma gestão que, como sempre se defendeu, teria de ter em conta que os tempos eram decisivos e poderiam permitir que as majorações previstas no procedimento quanto à manutenção dos postos de trabalho, embora só previstos os dos directos, cerca de 83, afastando os indirectos, praticamente em igual número, com trabalho desde o seu inicio na instalação, completamente ao abandono e desempregados.

Aliás, esta situação é tão evidente que as entidades oficiais nem o levantamento da situação social e familiar, com suas particularidades, debilidades e necessidades, fizeram.

Importa, ainda, dizer que a manutenção do emprego para além de 31 de dezembro, data em que os trabalhadores das empresas que prestam serviços à Central têm como último dia de trabalho, só seria neste momento possível se a actual detentora da Central e apenas uma das empresas estivesse disponível para suportar o custo com a perspectiva de que tal fosse determinante para a sua posição no concurso.

Como não gostamos de meias palavras, todos percebemos que um dos accionistas: a Endesa, a sua posição foi suficientemente expressa ao defender outras soluções que passavam sempre pelo desmantelamento da Central e projectos que podendo criar algum emprego, este seria sempre nas operações de deitar abaixo e, dessa forma, temporário e pouco qualificado e muito difícil de se constituir como alternativa de garantia de algo para os actuais.

Os casos conhecidos no país vizinho comprovam isso. Algum trabalho precário e trabalhadores das centrais no desemprego.

Quanto à TrustEnergy, constituída pela francesa Engie e pela japonesa Marubeni, já tinham apresentado propostas que viabilizavam a reconversão da Central e, assim, a manutenção de um número significativo de postos de trabalho, a qual não foi valorizada e que estará, portanto, a integrar possivelmente uma das propostas ao concurso.

Não temos preferências de projectos ou empresas, mas a garantia de uma parte dos postos de trabalho, como acima se diz, traria uma maior facilidade em poder encontrar soluções para os que neste não fossem absorvidos.

É, neste ponto que estamos, com o governo dar notícia de que no dia 30, data de encerramento da Central, irá anunciar algumas medidas e projectos.

Mas, o facto é que sendo que a criação de emprego e investimento, embora nem sempre se “casem”, positivo para o país e região, importa reter que os desempregados da Central, face ao tempo que passe e a idade irão ter uma desvantagem imensa: a idade leva a que quem crie uma instalação/actividade não vai procurar trabalhadores que poderão ter de cinquenta e tal até muito, dependendo do tempo em que estiverem desempregados e até em formação que poderá ser muito restrita para ocupar postos de trabalho.

Retenha-se que algo que possa surgir a 4/5 anos vai encontrar quem saiu onde, em que condições e para fazer o quê?

É aqui que tudo se define e joga. A realidade ou a ilusão, onde a vida só decorre de acordo com a primeira e que teria consequências colocar em causa uma vida construída em cerca de três dezenas de anos de trabalho, onde em cada situação há uma organização familiar com encargos de filhos, ensino, saúde, habitação e outras que serão abaladas profundamente.

Este processo não é órfão. Portugal não podia, sem assumir os graves prejuízos laborais e sociais, constituir-se como o paladino da descarbonização. O Governo, através do Sr. Primeiro-ministro, quando falou da refinaria de Matosinhos, particularmente de um processo que não acautelou as pessoas, o ter sido comunicado no Natal e não poder ser a Galp deixar de ser responsabilizada por essa enormidade é o mesmo que na qualidade de “patrão” brindou os trabalhadores do Pego com o mesmo tratamento, embora seja no fim do ano.

Com a situação que está na origem dos argumentos e com a qual estamos perfeitamente identificados, importa referir que nada terá resultados positivos para nós e para o mundo se for construído em cima do desemprego, da perda de qualidade de vida, da precariedade e miséria.

Para terminar. Só mais alguns factos que devem ser retidos:

As energias renováveis, no aspecto da criação de emprego, nomeadamente no caso do solar e eólico, como outras, apenas criam o fazem durante a construção e na sua maior parte precário. Depois, é a manutenção que ocupa um número mínimo. Esta situação importa que seja o discurso revisto pelos responsáveis, considerando o consecutivo recurso a essa “miragem” e à formação para a ter;

O Sr. Ministro do Ambiente e Acção Climática referiu existirem várias propostas para compensar o desemprego do Pego, o que é diferente dos desempregados do Pego. Mais, a formação e as energias renováveis são os meios repetidos, mas sem enquadramento na realidade;

Entretanto, sem falar num mundo onde continuam a ser construídas centrais a carvão às centenas e há uma necessidade de suprir défices de energia em muitos países, os custos de investimento e da electricidade vão determinar o rumo. Neste momento, o preço em resultado das opções de entregar à iniciativa privada, onde o lucro será o único objectivo, demonstra a sua falência;

Os grandes emissores de gás estufa da europa, como é o caso da Alemanha, já referiu que vai procurar terminar a produção nuclear, mas isso poderá levar a mais recurso a carvão e gás. Refira-se que tem cerca de 84 centros produtores a carvão, uma das quais com pouco tempo de laboração. E França e Inglaterra como resolvem o nuclear e o carvão;

Em conclusão: a Central do Pego exige soluções imediatas e concretas, conhecendo as realidades e as necessidades do país e da região.

O nosso compromisso é o de continuar, com os trabalhadores e todas as entidades, associações e outros, a caminhar sem demagogias, na procurar desse objectivo, pois como o povo diz: “Quem está de fora não racha

lenha”. E muitos falam de muita coisa e até do clima, correctamente, mas não podem esquecer que não se resolve um problema criando outro.

O nosso obrigado a todos e estamos certos de que os vossos contributos criarão melhores condições para podermos continuar a desenvolver as nossas exigências de trabalho com direitos, sem nunca baixar os braços, onde contaremos sempre na primeira linha com a nossa Federação e a CGTP-Intersindical Nacional.

